



UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
PRÓ-REITORIA DE ENSINO DE GRADUAÇÃO
SUPERINTENDÊNCIA ACADÊMICA

PROGRAMA DE
COMPONENTE
CURRICULAR

Unidade: Faculdade de Direito		Departamento: DIREITO PÚBLICO	
COMPONENTE CURRICULAR			
CÓDIGO	NOME		
DIRA 03	JURISDIÇÃO CONSTITUCIONAL COMPARADA E NOVOS DIREITOS		

CARGA HORÁRIA				MÓDULO			CURSO(S)	ANO VIGENTE
T	P	E	TOTAL	T	P	E	Mestrado	2016.1
			68					

EMENTA

A Constituição e a Defesa da Supremacia Constitucional. A legitimidade da jurisdição constitucional. Antecedentes históricos e evolução da jurisdição constitucional no Direito comparado e no Direito brasileiro. Modelos de controle de constitucionalidade. O controle difuso e concentrado de constitucionalidade. O controle concentrado e as ações diretas. O controle de constitucionalidade nos Estados-membros

OBJETIVOS

Objetivo Geral: Desenvolver as noções básicas dos principais temas relacionados à jurisdição constitucional, com vistas a estimular o aluno a reflexões críticas.

Objetivos Específicos: Investigar os Antecedentes Históricos, a Origem e a Evolução da Jurisdição Constitucional. Realizar um Estudo Comparativo entre a Jurisdição Constitucional no Brasil e no Direito Comparado. Conhecer os Aspectos Processuais Concernentes à Jurisdição Constitucional Brasileira.

CONTEÚDOS

I - CONSTITUIÇÃO E SUPREMACIA CONSTITUCIONAL

II - CONTROLE DE CONSTITUCIONALIDADE: A GARANTIA DA SUPREMACIA DA CONSTITUIÇÃO

1. Considerações iniciais
2. Conceito, pressupostos e legitimidade democrática do Controle de Constitucionalidade
 - 2.1 Conceito
 - 2.2 Pressupostos
 - 2.2.1 A Constituição formal
 - 2.2.2 A Constituição como norma jurídica fundamental, rígida e suprema
 - 2.2.3 A previsão de um órgão competente
 - 2.3 O Controle de Constitucionalidade e sua legitimidade democrática ante o novo paradigma do Estado Democrático de Direito.

III - ANTECEDENTES HISTÓRICOS E EVOLUÇÃO DO CONTROLE DE CONSTITUCIONALIDADE

1. O sistema “americano” da *judicial review of legislation* ou “difuso” de controle de constitucionalidade e o *leading case William Marbury v. James Madison*
2. O sistema “austríaco” ou “concentrado” de controle de constitucionalidade. A contribuição de Kelsen
3. O sistema francês de controle de constitucionalidade e as alterações advindas da Reforma Constitucional de 23 de julho de 2008.
 - 3.1. O Controle de Constitucionalidade na França, a Constituição de 04 de outubro de 1958 e o Conselho Constitucional;
 - 3.2. O Controle Preventivo de Constitucionalidade na França;
 - 3.3. O Controle Repressivo de Constitucionalidade na França e a Questão Prioritária de Constitucionalidade (QPC)
4. A evolução do controle de constitucionalidade no Brasil
 - 4.1 A Constituição de 1824
 - 4.2 A Constituição de 1891
 - 4.3 A Constituição de 1934
 - 4.4 A Constituição de 1937
 - 4.5 A Constituição de 1946
 - 4.6 A Constituição de 1967/1969
 - 4.7 A Constituição de 1988

IV - MODELOS DE CONTROLE DE CONSTITUCIONALIDADE

1. Quanto ao parâmetro do controle
2. Quanto ao objeto do controle
3. Quanto ao momento da realização do controle
4. Quanto à natureza do órgão com competência para o controle
5. Quanto ao número de órgãos com competência para o controle
6. Quanto ao modo de manifestação do controle
7. Quanto à finalidade do controle

V - CONTROLE DIFUSO DE CONSTITUCIONALIDADE

1. O controle difuso-incidental de constitucionalidade na Constituição brasileira de 1988. Considerações gerais e natureza da questão constitucional
2. A provocação do controle difuso-incidental de constitucionalidade
 - 2.1 A ação popular como instrumento de controle difuso-incidental de constitucionalidade
 - 2.2 O mandado de segurança como instrumento de controle difuso-incidental de constitucionalidade
 - 2.3 A ação civil pública como instrumento de controle difuso-incidental de constitucionalidade
 - 2.4 O mandado de injunção como instrumento de controle difuso-incidental de constitucionalidade
 - 2.4.1 Origem e considerações gerais a respeito do instituto
 - 2.4.2 Objeto
 - 2.4.3 Legitimidade ativa

2.4.4 Legitimidade passiva

2.4.5 Competência

2.4.6 Decisão e seus efeitos

3. A legitimidade para provocar o controle difuso-incidental de constitucionalidade

4. A competência para realizar o controle difuso-incidental de constitucionalidade

5. O procedimento do controle difuso-incidental de constitucionalidade

6. Os efeitos da decisão no controle difuso-incidental de constitucionalidade

7. O controle difuso-incidental de constitucionalidade e a suspensão da execução do ato pelo Senado Federal. Mutação constitucional do art. 52, X, CF?

VI - CONTROLE CONCENTRADO DE CONSTITUCIONALIDADE

1. O controle concentrado-principal de constitucionalidade na Constituição brasileira de 1988. Considerações gerais e natureza da questão constitucional

2. Conceito e tipos de inconstitucionalidade

3. A provocação do controle concentrado-principal de constitucionalidade: As Ações Diretas

VII - AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE (ADI)

1. Origem, conceito e finalidade

2. Legitimidade *ad causam*

3. Competência

4. Parâmetro e objeto

5. Procedimento. A Lei n  9.868/99

6. Decisão e efeitos. Técnicas de decisão.

6.1. Modulação dos efeitos

6.2. Interpretação conforme

6.3. Declaração parcial de inconstitucionalidade sem redução de texto

6.4. Apelo ao Legislador

6.5. Declaração de inconstitucionalidade sem pronúncia de nulidade

VIII - AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE POR OMISSÃO (ADO)

1. Origem e generalidades

2. Natureza, finalidade e procedimento. Possibilidade de medida cautelar na ADI por omissão. A Lei n  9.868/99 (alterada pela Lei n  12.063/09).

3. Legitimidade *ad causam* e competência

4. Parâmetro e objeto

4.1. A omissão inconstitucional: conceito e características

4.2. Momento em que ocorre a omissão inconstitucional

4.3. A omissão inconstitucional e suas modalidades

4.3.1. Omissão inconstitucional total e parcial

4.3.2. Omissão inconstitucional formal e material

4.3.3. Omissão inconstitucional absoluta e relativa

4.4. As omissões controláveis

4.5. A omissão inconstitucional no Direito Comparado

4.6. O controle da omissão inconstitucional e a Constituição de 1988

5. Decisão e seus efeitos.

6. Distinções entre a "ação direta de inconstitucionalidade por omissão" e o "mandado de injunção"

IX - AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE INTERVENTIVA (Representação Interventiva)

1. Origem, conceito e finalidade

2. Legitimidade *ad causam*

3. Competência

4. Parâmetro e objeto

5. Procedimento. A Lei n  12.562/11

6. Decisão e efeitos

X - AÇÃO DECLARATÓRIA DE CONSTITUCIONALIDADE (ADC)

1. Origem, conceito e finalidade

2. Legitimidade *ad causam*

3. Competência

4. Parâmetro e objeto

5. Procedimento. A Lei nº 9.868/99

6. Decisão e seus efeitos

XI - ARGUIÇÃO DE DESCUMPRIMENTO DE PRECEITO FUNDAMENTAL (ADPF)

1. Origem, delineamento constitucional e generalidades do instituto

2. A parametricidade da arguição de descumprimento: os Preceitos Constitucionais Fundamentais

3. Conceito de “descumprimento” na arguição

4. Modalidades da arguição de descumprimento

5. Arguição direta ou autônoma

5.1 Legitimidade *ad causam*

5.2 Competência

5.3 Procedimento. A Lei nº 9.882/99

5.4 Medida liminar

5.5 Objeto. Os atos ou omissões controláveis

5.5.1 Atos normativos

5.5.2 Atos não normativos

5.5.3 Atos municipais

5.5.4 Atos anteriores à Constituição

5.5.5 Atos políticos

5.5.6 Projetos de leis ou de emendas constitucionais

5.5.7 Ato de interpretação e aplicação do regimento interno do Legislativo incompatível com o processo legislativo

5.6 Decisão e seus efeitos

6. Arguição incidental

6.1 Legitimidade *ad causam*

6.2 Objeto

6.3 Controvérsia constitucional relevante

7. O caráter subsidiário da arguição de descumprimento. O significado e alcance do § 1º do art. 4º da Lei nº 9.882/99

XII - O CONTROLE DE CONSTITUCIONALIDADE NOS ESTADOS-MEMBROS

1. Considerações gerais

2. O Controle de constitucionalidade concreto nos Estados

3. O Controle de constitucionalidade abstrato nos Estados

METODOLOGIA / AVALIAÇÃO

Seminário (Peso 2), **Fichamento** (Peso 2), **Participação nas discussões** (Peso 2) e **Monografia** (Peso 4)

BIBLIOGRAFIA

1. BARROSO, Luís Roberto. O Controle de Constitucionalidade no Direito Brasileiro. São Paulo: Saraiva.

2. BITTENCOURT, C. A. Lúcio. *O Contrôlo Jurisdicional da Constitucionalidade das leis*. Rio de Janeiro: Forense, 1949.

3. BOFILL, Héctor López. *Decisiones Interpretativas en el Control de Constitucionalidad de La Ley*. Valencia: Tirant Lo Blanch, 2004.

4. CAPPELLETTI, Mauro. O Controle Judicial de Constitucionalidade das Leis no Direito Comparado. 2ª ed., trad. Aroldo Plínio Gonçalves, Porto Alegre: Sergio Antonio Fabris Editor, 1992.

5. CLÈVE, Clèmerson Merlin. A fiscalização abstrata da constitucionalidade no Direito brasileiro. 2ª ed. rev. atual. amp., São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2000.
6. CRUZ, Gabriel Dias Marques da. *Arguição de descumprimento de preceito fundamental. Lineamentos básicos e revisão crítica no direito constitucional brasileiro*. São Paulo: Malheiros, 2011.
7. CUNHA JÚNIOR, Dirley da. *Controle de Constitucionalidade: Teoria e prática*. 8ª ed, Salvador: Editora JusPodivm, 2016.
8. CUNHA JÚNIOR, Dirley da. *Curso de Direito Constitucional*. 10ª ed., Salvador: Editora Juspodivm, 2016.
9. DIDIER Jr., Fredie (Coord.). *Ações Constitucionais*. 5ª ed. Salvador: Juspodivm, 2013.
10. ENTERRÍA, Eduardo García de. *La Constitución como norma y el Tribunal Constitucional*. 3ª ed. reimp., Madrid: Civitas, 2001, 257 p..
11. HAGE, Jorge. *Omissão Inconstitucional e Direitos Subjetivos*. Brasília: Brasília Jurídica, 1999.
12. HECK, Luís Afonso. *O Tribunal Constitucional Federal e o desenvolvimento dos princípios constitucionais: Contributo para uma compreensão da Jurisdição Constitucional Federal Alemã*. Porto Alegre: Sergio Antonio Fabris Editor, 1995.
13. KELSEN, Hans. *Quién debe ser el defensor de la Constitución?*. Trad. Roberto J. Brie, Madrid: Tecnos, 1931.
14. MARTINS, Ives Gandra da Silva; MENDES, Gilmar Ferreira. *Controle Concentrado de Constitucionalidade: Comentários à Lei n. 9.868, de 10-11-1999*. São Paulo: Saraiva, 2001.
15. MEDEIROS, Rui. *A decisão de inconstitucionalidade*, Lisboa: Universidad Católica editora, 1999.
16. MIRANDA, Jorge. *Contributo para uma Teoria da Inconstitucionalidade*. Coimbra: Coimbra Editora, 1996.
17. MIRANDA, Jorge. *Manual de Direito Constitucional*. Tomo VI. 4ª Ed., Coimbra: Coimbra Editora, 2013.
18. MORAIS, Carlos Blanco de. *Justiça Constitucional*. Coimbra: Coimbra Editora, 2002, T. I.
19. PALU, Oswaldo Luiz. *Controle de Constitucionalidade*. 2ª Ed., São Paulo: RT, 2001.
20. SILVA NETO, Manoel Jorge e. *Curso de Direito Constitucional*. São Paulo: Atlas.

Programa de componente curricular proposto na reunião
do Departamento, em ____/____/____

Chefe do Departamento

(assinatura e carimbo)

Programa de componente curricular aprovado na
reunião do Colegiado de Curso, em ____/____/____

Coordenador do Colegiado

(assinatura e carimbo)